



## **EDITORIAL**

A Revista de Contabilidade e Controladoria – RC&C é uma publicação eletrônica, mantida pelo Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná (PPGCONT-UFPR), e possui como missão difundir a pesquisa científica de elevada qualidade nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Finanças. A fim de consolidar essa missão, o periódico tem como objetivo publicar e disseminar pesquisas teóricas ou empíricas, originais, desenvolvidas por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, que reflitam contribuições relevantes para a evolução do conhecimento contábil. A publicação é quadrimestral e cada edição comporta oito artigos científicos inéditos, direcionados a professores, pós-graduandos e profissionais que atuam na área de Contabilidade ou áreas correlatas.

Sendo assim a RC&C tem interesse em pesquisas que estejam relacionadas às seguintes grandes áreas: Contabilidade Financeira; Teorias da Contabilidade; Controladoria, Contabilidade Gerencial e Controle Gerencial; Contabilidade e Análise de Custos; Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor; Auditoria e Perícia na área contábil e correlatas; Finanças Corporativas e Mercado de Capitais; Ensino da Contabilidade; Pesquisa em Contabilidade; e Epistemologia da Ciência Contábil.

Nesta edição a RC&C divulga mais oito artigos inéditos que esperamos, possam contribuir para a evolução da área.

O primeiro trabalho de Josiane de Oliveira Schlotefeldt, Daiani Schlup e Roberto Carlos Klann, teve como objetivo identificar as características e possíveis práticas de lobby dos diversos grupos de interesses em relação à IFRS 16 – Leasing, apresentadas pelas comment letter – CT (cartas de comentários) na fase de Exposure Draft – ED (Rascunho de Exposição) de 2013. Os resultados sugerem que devido a poucos argumentos e frases por carta, não houve a ocorrência de lobby pelas partes interessadas. Porém, os autores apontam que a influência dos grupos de interesse pode ter se dado pelos comentários adicionais, não analisados neste estudo, o que incentiva pesquisas futuras.

Darlan Moura Ponte, José Alves Dantas e Danielle Montenegro Salamone Nunes realizaram a pesquisa cujo objetivo foi identificar o contexto em que os auditores independentes modificam a opinião de auditoria com base no risco de continuidade operacional, no que concerne à evolução temporal de casos, ao perfil das firmas de auditoria, aos segmentos econômicos das companhias auditadas e aos assuntos utilizados como justificativa para a tipificação do risco de continuidade operacional. Os resultados revelaram que 87 relatórios tiveram a opinião modificada, sendo associada ao risco de

continuidade operacional e que: (i) há uma tendência de crescimento do número de relatórios com menção ao risco de continuidade operacional; (ii) entre as firmas de auditoria, a BDO auditoria é aquela com o maior número de emissões de relatórios de auditoria sobre continuidade operacional; (iii) fatores como a crise econômica parecem explicar a concentração dos eventos de modificação de opinião por risco de continuidade operacional em determinados setores da economia, com destaque para o setor de tecidos, vestuário e calçados; e (iv) dentre os assuntos que geraram a modificação de opinião sobre continuidade operacional pelo auditor ‘prejuízos e passivo a descoberto’ foi o que teve maior incidência, confirmando pesquisas anteriores sobre o tema e as próprias orientações da NBC TA 570.

No terceiro artigo os autores Caio Cesar Violin de Alcantara, Iasmini Magnes Turci Borges e Juliane Andressa Pavão apresentam sua pesquisa que objetivou verificar o nível motivacional dos alunos com relação a realização de uma especialização na modalidade de Educação a Distância (EaD) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). A partir dos achados, verificou-se que, em geral, os alunos de especialização EaD apresentam prazer e interesse em buscar novos conhecimentos, estando intrinsecamente motivados em realizar um curso de especialização EaD da UEM. Além disso, demonstraram ter interesse em manter contato com o meio acadêmico, sendo este um fator preponderante na escolha dos respondentes por realizar o curso. O estudo contribui ao evidenciar que os alunos de especialização lato sensu a distância estão motivados com o curso. Os autores destacam ainda a que a motivação possui origem no prazer e na satisfação de aprender coisas novas.

Ne sequência, Bárbara Siqueira da Silva, Otávio Araújo de Carvalho, Laura Edith Taboada Pinheiro e José Roberto de Souza Franscisco buscaram analisar o efeito do recebimento de incentivos fiscais na geração e distribuição de valor das empresas da B3, em termos de pessoal, de governo, de remuneração de capitais de terceiros e de remuneração de capitais próprios, no período de 2010 a 2018. Os resultados indicam que as companhias incentivadas geram mais riquezas, possuem maior distribuição de valor para o governo e menor distribuição para o pessoal, ou seja, não há uma distribuição equânime entre os destinatários da riqueza gerada pela empresa quando esta recebe subsídios. Portanto, segundo os autores há indícios de que mesmo com as políticas de concessão de incentivos fiscais, no Brasil, o governo é o maior detentor da riqueza gerada pelas empresas.

Os autores Luciane Dagostini, Lucas Diego Tocchetto e Pamila Eduarda Balsan Colla exibem o artigo que teve por objetivo verificar quais são as escolhas contábeis, referente a ativos biológicos, realizadas pelas empresas do setor de Consumo Não Cíclico, dos segmentos de Agricultura, Açúcar e Álcool e Carnes e Derivados da bolsa de valores brasileira B3. Como resultado evidenciou-se que na categoria de reconhecimento e mensuração, as empresas analisadas avaliam, em sua maioria, os ativos

pelo seu valor justo e identificou-se dificuldades em evidenciar os agrupamentos realizados pelas companhias. Na categoria reconhecimento de perdas e ganhos, a metade das empresas não realizam tal reconhecimento, sendo que as demais reconhecem as perdas e ganhos nos momentos de avaliação do valor justo e quando ocorrem a redução ou aumento da receita. A categoria de divulgação foi a menos cumprida pelas empresas, sendo que apenas três das dez empresas fizeram a distinção de grupo em consumíveis e para produção, ou em maduro e imaturo.

O sexto artigo de autoria de Alice Carolina Ames, Amanda Pimentel Paes, Franciele Beck e Vinicius Costa da Silva Zonatto, identificar as diferenças no conteúdo do Relatório da Administração de empresas familiares e não familiares no segmento edificações listadas na Brasil, Bolsa, Balcão [B]3. Os resultados demonstraram que as médias finais entre as empresas familiares e não familiares não são representativas, assim, não se pode afirmar que empresas familiares estão utilizando mais os itens destacados como recomendações do Parecer de Orientação n° 15/87 da CVM que rege quanto a divulgação adequada do Relatório da Administração, comparando-se a empresas não familiares. Mas em comum, todas as empresas possuem dificuldades em atender tais recomendações.

Marcelo Vitor Seidler e Ernando Fagundes realizaram a pesquisa que teve por objetivo verificar como as companhias dos segmentos de transportes da Brasil, Bolsa e Balcão (B3) evidenciaram os possíveis impactos previstos a partir da contabilização do arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06. Verificou-se que todas as 12 companhias analisadas informaram em suas notas explicativas estarem cientes da obrigatoriedade da adoção das alterações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 06 a partir de 1º de janeiro de 2019. No entanto, das companhias pesquisadas, duas não informaram os impactos previsto a partir da adoção do CPC 06 correlato à IFRS 16. Os autores ressaltam que a evidenciação dos impactos previstos é relevante para os investidores avaliarem a situação econômico financeira das companhias.

No oitavo e último artigo os autores Alessandra Alfarth, Marino Luiz Eyerkauf e Rodrigo Rengel buscaram estruturar e interpretar fatores críticos da gestão de riscos corporativos a partir do Interpretive Structural Modeling. Os dados revelam que há fatores de riscos corporativos que são mais relevantes, ainda que, alguns deles contribuem significativamente com outros riscos de forma direta e/ou inversa, podendo formar inclusive pequenos núcleos de riscos no portfólio de riscos identificados pela organização. Conclui-se que todo gerenciamento de riscos deveria partir do planejamento estratégico, afim de identificar os potenciais riscos, muito além daqueles apresentados por Fishkin (2006), seguido da sua avaliação, para o qual o estudo apresenta uma técnica convencional de hierarquização de riscos, bem como um modelo de estruturação e interpretação capaz de desmistificar as diversas facetas dos

riscos corporativos, o que permite o desenvolvimento de um plano de gerenciamento de riscos corporativos com maior efetividade.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

**Prof. Dra. Luciana Klein**  
**Editora Adjunta**